
A CAMINHADA DO HOMEM E A QUESTÃO AMBIENTAL

Horieste Gomes

Resumo: *trata-se da afirmação do homem como ser natural/ cultural em determinados espaços geográficos, no decorrer dos períodos da História. Os impactos causados ao meio ambiente em razão das ações antrópicas permissíveis pelo modelo de desenvolvimento capitalista; a importância do desenvolvimento sustentável na atualidade calcado na interdependência Homem <—> Natureza; a questão ambiental sob a ótica da razão e da fé, são questões abordadas no presente trabalho.*

Palavras-chaves: *história e meio ambiente, sustentabilidade, interdependência*

Eu não posso considerar progresso aquilo que não prevê a manutenção da integridade da Vida e o aumento da soma de felicidade humana. (José Lutzenberger)

Foi a fragilidade do homem primitivo perante a imperativa Natureza que fez com que ele, mental e materialmente, nela se refugiasse e buscasse proteção em várias espécies de divindades que nelas se identificam. Os ‘deuses naturais’ foram sendo criados por povos de todas as raças e etnias, na proporção de suas necessidades materiais e espirituais, a fim de sobreviverem no meio ambiente, por vezes hostil, quando se manifestava por meio de suas forças destruidoras gerando o medo, o pânico entre os povos ditos primitivos, e dadivoso, quando a natureza revelava-se calma e pródiga de recursos alimentares. No geral, todas as sociedades consideradas primitivas professaram crenças animistas e totêmicas no passado. Na atualidade,

muitas dessas tradições, crenças e tabus nos *totens* ainda se mantêm vivas em comunidades tribais e clãs remanescentes, cujas populações ocupam espaços territoriais determinados nos diversos continentes do planeta Terra. A própria religião cristã é *animista* por natureza, pelo fato de cultuar a crença na alma humana.

A representação e crença no deus natureza está em todas as partes, em todos os lugares, em todos os recantos, configurando os espíritos em divindades do bem (espíritos benígnos) e do mal (espíritos malignos). Os bosquímanos, os pigmeus, os aimaras, os polinésios, os melanésios, os micronésios, os descendentes dos maias, os nossos indígenas etc., são exemplos de povos primitivos que cultuam a Natureza, como o panteão de seres deusificados e divinizados. Os pigmeus, por exemplo, cultuam um deus-natureza, habitante da terra, do Sol, da Lua, que simboliza toda a força e origem do mundo; os bosquímanos crêem num deus supremo identificado com os fenômenos atmosféricos (chuvas, tempestades) e veneram os espíritos dos antepassados; os aimaras peruanos cultuam os espíritos bons e maus que habitam os fenômenos naturais nas montanhas, nas cavernas, nos rios etc., deuses que simbolizam lugares que contagiam os homens para a prática de ações muito boas ou muito más; já os polinésios são animistas adoradores dos espíritos, dos defuntos, da natureza; os indígenas das Américas adoram aves, animais, rios, florestas, astros, a exemplo dos Maias e dos ameríndios do Brasil. O fundamental, o significativo é que o panteísmo dos deuses naturais faz parte do patrimônio espiritual, cultural e material da humanidade do presente, sendo necessário o reconhecimento pelos Estados e pelas sociedades da importância da heterogeneidade etnocultural (interatividade e interconexão) entre raças povos e etnias. Passado, presente e futuro estruturam uma unidade espiritual-material que mantém vivas nas comunidades as crenças, os mitos, as tradições que alimentam a utopia de uma vida purificada no futuro.

A importância do meio ambiente em nossa vivência comunitária local, regional e nacional, no sentido da formação de uma consistente consciência ecológico-ambiental que preserve a vida como significado maior da existência do homem no planeta Terra, passa pelo nosso entendimento da relação de interdependência (autonomia e dependência mútua) que estabelecemos com a Mãe-Natureza. Homem e Natureza se completam numa única unidade, em que cada Natureza repassa a sua congênere, via trabalho do homem, os seus valores (naturais e humanos) construindo assim uma totalidade superior: “uma única natureza (somos e devemos existir como uma só natureza)” (GOMES, 1997). Morin (2004, p. 40), em seu livro *A cabeça bem-feita*, coloca, com propriedade

A Terra é a totalidade complexa físico-biológica-antropológica onde a vida é uma emergência da história da Terra, e o homem, uma emergência da história da vida terrestre. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma reducionista, nem de forma disjuntiva.

Percorrendo os caminhos da história da caminhada do homem no planeta Terra, desde o momento em que ele se organizou – pela linguagem e coesão social – em sociedades grupais nômadas e sedentárias, constituídas por clãs e tribos, até o advento das sociedades modernas, sintetizamos, em linhas gerais, o seu comportamento no que diz respeito ao tratamento que estabeleceu com a natureza em sua vivência comunitária no espaço geográfico, traduzido na:

- dimensão e prática cultural/ambiental dos chamados ‘povos primitivos’;
- dimensão e prática cultural/ambiental dos povos da antiguidade;
- dimensão e prática cultural/ambiental no período medieval;
- dimensão e prática cultural/ambiental pelo homem ‘moderno’.

SOCIEDADES PRIMITIVAS

A Natureza foi a primeira escola e a melhor mestra no que diz respeito à aprendizagem do homem no interior de seu *habitat* de vivência grupal e comunitária. O seu instinto de conservação, aliado ao contínuo e evolutivo contato com a Natureza através dos sentidos, conduziu-o a saltar do mundo da *psique* para o mundo da consciência, momento em que ele passa a ter conhecimento melhor das coisas, dos objetos e dos fenômenos naturais que presenciava no dia-a-dia..

Nas sociedades primitivas, pelo fato de ser praticamente desprovido dos rudimentos das ciências, de possuir apenas o senso comum de aprendizagem, o homem pautava-se mais pelo temor, pelo medo e dependência ante as manifestações dos fenômenos naturais. No transcurso de milhões de anos, através da observação e contato cada vez mais próximo do comportamento das espécies (animal e vegetal) no decorrer das estações do ano em seus territórios de vivência (nichos e ecossistemas); da construção e desenvolvimento da linguagem falada no decorrer de milhares de anos; da prática da caça e coleta extrativa na condição de nômade errante, seguida da domesticação de plantas e animais quando ele se torna sedentário agricultor e pastor – e, finalmente, da elaboração da escrita pictórica e alfabética no transcorrer de milhares de anos, ele foi registrando a sua história e se afirmando, cada vez

mais, como espécie ecumênica no planeta Terra. No contato diário com as espécies e as diferentes formas de manifestações da Natureza, ele foi apreendendo, assimilando e ampliando a sua interação com o meio natural/cultural onde vivia. O grau de conhecimento adquirido, aliado a sua crescente capacidade de agir, permitiu que ele, paulatinamente, se adaptasse ao meio ambiente e se tornasse agente “ativo” na transformação do seu habitat de vivência. O oposto ocorria quando ele se mantinha passivo e submetido ao determinismo das condições negativas do meio geográfico onde ele estava inserido, pelo fato de se encontrar desprovido de conhecimento e de condições materiais e subjetivas para agir sobre o meio ambiente.

ANTIGÜIDADE

Na Antigüidade, a progressiva separação das classes sociais determinou o aumento crescente das atividades produtivas, conduzindo à criação do excedente da produção que passa a ser controlado pelos mercadores. Dá-se o advento do Estado autocrático e imperialista pela ocupação e domínio político e econômico de vastos territórios, dando surgimento à escravidão e à exploração cada vez mais intensiva dos recursos naturais (plantas, madeiras, minérios, solos). Evidentemente, vão se multiplicando as degradações ambientais aqui, ali e acolá, dado que diante da vastidão dos territórios o sentido de preservação dos recursos naturais não existia.

Quando buscamos o conhecimento das civilizações humanas ao longo da história da humanidade, deparamos, entre povos da Antigüidade Oriental e Ocidental, com a preocupação com o meio ambiente por parte do poder público instituído. Naquela época, a questão da água, como exemplo concreto, já assumia o principal nível de preocupação das autoridades administrativas, a ponto de codificarem as denominadas leis das águas que foram os primeiros códigos escritos, reguladores do uso racional da água como bem natural de importância social para as elites e para a sociedade em geral. Há registros históricos que datam de 4.000 aC, a exemplo dos sumerianos, que estabeleceram instruções reguladoras sobre a irrigação das lavouras dispostas em forma de terraços. Assim, também os camponeses que ocuparam os vales dos grandes rios, citando o Nilo (Egito), o Tigre, o Eufrates (Ásia Menor), o Indo, o Ganges (Índia), o Hoang-Ho e o Hoang-Tsé (China) etc., tinham necessidade de drenar as águas dos vales alagadiços, a fim de irrigar as plantações e evitar que, por ocasião das enchentes, as águas invadissem as lavouras e destruíssem as suas plantações. A existência de fluviômetros – instrumentos utilizados para medir a altura do nível das águas durante as estações do ano –

, assim como a de poços artesianos, é confirmada em registros históricos no Egito e no Oriente Próximo. Sem dúvida, os romanos foram, entre outros povos, os grandes mestres no sentido da utilização racional das águas, em termos de canalização, de armazenamento, utilização e racionamento do precioso líquido. Famosas são as termas públicas na grande Roma, a exemplo de Caracala que cobria uma superfície de 110.000m². No século IV aC, a cidade chegou a possuir cerca de 856 ambientes e 14 termas para banhos públicos, ocorrendo um consumo diário de água equivalente a 750 milhões de litros diários. Com o expansionismo do império, a cultura romana, inclusive quanto à utilização da água como bem público, penetrou em muitas das províncias anexadas pelas conquistas bélicas. Assim, a título de ilustração, na Turquia (Ásia Menor), em sua capital Ancara, as piscinas construídas eram pequenas e rasas, para não haver desperdício de água, e faziam parte do cenário público da cidade.

Já naquela época, as pessoas encarregadas do suprimento de água para as cidades procuravam educar a população no sentido de usar com parcimônia o recurso água. Já então se tinha consciência de sua importância para o consumo, e de que ela não se encontrava à disposição da sociedade em quantidades infinitas. Para tanto, se quisesse consumir muita água para fins privados, era preciso pagar por essa comodidade. Para o devido controle do gasto da água consumida, foram inventados dispositivos especiais de medição, os hidrômetros da antiguidade, que eram testados e lacrados, e pelos quais se tinha de pagar uma taxa única.

Com o surgimento dos banhos a vapor em salas aquecidas pelo calor térmico irradiado pelo hipocausto (forno inventado por Sergius Orata, com caldeira alimentada pela combustão de madeira) sendo o calor transmitido para o assoalho, a demanda da madeira tornou-se tão grande que na Grécia Antiga, em Roma e no Oriente Próximo (Fenícia, como exemplo) causou desmatamentos cada vez mais em proporções devastadoras.

Papel importantíssimo, utilizado pelos orientais, pelos romanos e outros povos da Ásia Menor e da África, foi a construção e utilização das Jubes, formas de canais como galerias subterrâneas escavadas no solo, de 5 até 10m de profundidade, protegidas contra a evaporação, e utilizadas para o transporte de água das montanhas até as povoações nas planícies. Nos dias de hoje, elas ainda são encontradas em grande número em diversas regiões de países árabes. Calcula-se que somente no Irã e no Iraque encontram-se ainda em funcionamento cerca de 22.000 jubes, e que na época do apogeu das civilizações clássicas existiam, aproximadamente, 35.000 unidades.

Também, em muitas de suas províncias os romanos construíram os famosos aquedutos para o transporte de água. No tempo da República, havia

em Roma cerca de seis grandes aquedutos: Agua Appia Claudia (388 a 311 aC); Anio Vetus (217 aC); Marcia (145 aC); Tepulo (126 aC); Julia (34 aC); Virgo (21 aC).

Outra grande realização na Antiguidade, em termos de saneamento básico, foram as construções de esgotos pelas autoridades, por perceberem a necessidade de a higiene ser mantida nas grandes cidades. A Cloaca Máxima, em Roma, é um exemplo elucidativo.

IDADE MÉDIA

Com a migração sucessiva de grandes contingentes de povos tidos como ‘invasores bárbaros’ para a Europa centro-meridional e a perda da hegemonia dos grandes impérios, o mundo da Antiguidade, até então centralizado e sustentado pelo trabalho escravo, desmorona-se e chega ao fim. No seu interior, durante séculos e séculos, amadureceram as contradições entre o velho poder político, autocrático e despótico, e o novo poder emergente e multiplicador de milhares de feudos no território europeu, dando origem à hierarquia dos senhores feudais laicos e religiosos (suseranos), sobre os camponeses servos nas glebas (vassalos). Durante séculos, o Feudalismo se afirmou como poder político, descentralizado de reis e senhores sobre a maioria da população camponesa. Com o surgimento crescente de cidades no contexto da Europa Medieval, impulsionando, cada vez mais, o comércio e a indústria, vai se afirmando uma nova classe social, os burgueses, habitantes dos burgos, que passam a ocupar novos espaços no meio urbano. Surgem as corporações, entre elas as de ofícios que mantêm o controle da produção, dando origem às oficinas, embriões das fábricas que alimentarão as manufaturas da primeira Revolução Industrial. É o capitalismo nascente, ainda operando com a acumulação primitiva do capital, gerando produtos-mercadorias que passam a ser controlados e comercializados pelas corporações de mercadores. A estrutura feudal vai se desmoronando rapidamente, gerando a progressiva (in)sustentabilidade dos feudos, inclusive provocando a evasão dos camponeses para as cidades, dando origem ao raio da Idade Moderna. O sistema de cultivo dos três campos, praticado pelos camponeses no período final da época Medieval, e que consistia em manter sempre um trato de terra (campo) em *pousio* e praticar a rotatividade das culturas a cada ano, sem dúvida, foi um passo à frente no sentido de se conservar a fertilidade do solo e preservar o meio ambiente. Em certa dimensão, contribuiu para diminuir a expansão da fronteira agrícola via rotação de terras (agricultura itinerante).

Com o ocaso da Idade Média e o surgimento da Moderna, perderam-se no tempo e no espaço muitas das conquistas culturais/sociais já alcançadas no campo da utilização e preservação do meio ambiente. De certo modo, podemos afirmar que houve um processo de retrocesso e degeneração crescente das comunidades urbanas quanto aos hábitos e à higiene praticados, confirmado:

- pela diminuição substancial dos banhos, públicos e privados, para a população em geral;
- pelo costume de depositar imundices, lixos e entulhos de toda ordem, nas vias públicas;
- pelo surgimento e alastramento das epidemias, principalmente nas médias e grandes cidades. A varíola e a cólera ocorridas na Europa Central são registros históricos de doenças oriundas, em grande parte, pela falta de higiene dos habitantes das cidades medievais e pós-medievais. Prática social essa oposta à estipulada no código municipal de César na Antiguidade: “todo proprietário de casa tem a obrigação de manter em estado de ordem e limpeza o trecho de rua diante de sua residência” (LIEBMANN, 1976, p. 125).
- ainda no final do século XVIII, no período de expansão da Idade Moderna, os animais mortos eram lançados nas ruas das cidades, e, das janelas das habitações, era despejado lixo de todas as origens.

Na segunda metade do século XV, já existiam as regulamentações promulgadas em várias cidades europeias, buscando estabelecer normas saneadoras ambientais, podemos assim dizer, para o meio urbano/cidadino. Assim, tivemos as Regulamentações editadas para a cidade de Nuremberg:

determinando que no dia de Sta. Catarina (23/11) as ruas sejam varridas e que o lodo e o lixo sejam retirados tanto nas proximidades da ponte de Sta. Catarina, como do portão diante do Marstall, e junto ao paço público [...], conclamando os cidadãos a não lançar as imundices de vossas casas na rua. Procurai não depositar o lixo diante de casa de vossos vizinhos. E, diante de vossa casa ele deve ser renovado a cada 4 dias (em Frankfurt, a cada 8 dias). Outrossim, eram proibidas lançar lixo nas valas que circundavam as cidades (LIEBMANN, 1976, p.137-8).

Graças à Igreja Cristã, zelosa de seus interesses, que se tornou guardiã dos saberes das civilizações greco-romanas, conservou-se muito do acervo científico, filosófico, literário e artístico do mundo da Antiguidade, até os

nossos dias. Todavia, muitas das conquistas culturais, técnicas e práticas higiênicas, acabaram-se perdendo no tempo, fazendo assim desaparecer importantes conhecimentos vinculados à preservação do meio ambiente e correspondente compatibilidade com a saúde.

TEMPOS MODERNOS

Na época atual, não há dúvida, entre os ambientalistas comprometidos com a manutenção da vida em toda a sua biodiversidade no planeta Terra, de que o principal responsável pela degradação e destruição do meio ambiente em que vivemos é o modelo econômico de desenvolvimento capitalista, modelo este cujos agentes implementam ações no sentido de se tirar da Natureza o máximo de produtividade, inclusive acima de sua potencialidade natural e sempre dentro da lógica de se buscar a acumulação e reprodução ampliada do capital. Trata-se da 'coisificação' da Natureza, que é transformada pela cobiça do homem em coisa, objeto e produto/mercadoria de uso descartável quando deixa de ser rentável sob o ponto de vista das leis do mercado.

Entre as principais causas responsáveis por impactos causados ao meio ambiente, em função do modelo de desenvolvimento capitalista, arrolamos:

- a concepção iluminista de Natureza, atribuindo ao homem a condição de senhor, proprietário do meio ambiente;
- a ideologia e os propósitos do modelo de produção capitalista, favorecendo a reprodução ampliada do capital a favor do capital financeiro, internacional e nacional, e em detrimento do pequeno e médio produtor brasileiro descapitalizado;
- o neoliberalismo político, financeiro e econômico, investindo na globalização e na mundialização da economia, reduzindo o Estado Nacional brasileiro à condição de Estado Mínimo não soberano, vassalo, obediente e dependente de capitais, ciência e tecnologia, além de fiel cumpridor do código de 'ética' dos magnatas do capital;
- o desenvolvimento econômico não sustentável, principalmente em forma de monoculturas exportadoras financiadas pelo capital financeiro, responsável maior pela fragmentação do território. Como exemplo, citamos os solos do cerrado que respondem, atualmente, por mais de 30% dos principais cultivos, além de abrigar 40% do rebanho bovino e 20% do suíno. Estima-se que apenas 7% dos cerrados não sofreram algum tipo de intervenção humana, intensiva ou extensiva, sendo que mais de ¼ dos seus 220 milhões de hectares agricultáveis já foram incorporados à

dinâmica produtiva. No presente, a cobertura vegetal primitiva dos solos dos sub- sistemas dos cerrados está fadada a desaparecer nas próximas décadas;

- a industrialização, gerada pela Revolução Científica e Tecnológica (RCT). Como exemplo, citamos a indústria automobilística, em particular de veículos de passeio que se acumulam em nossas cidades, médias e grandes, a exemplo das metrópoles nacionais e regionais, poluindo e degradando o nosso ambiente de vivência urbana;
- o crescimento demográfico acelerado de nossas cidades, horizontalizado e verticalizado, em muito tem contribuído para a redução da qualidade de vida, em termos de espaço de vivência sócio-comunitária; ocorrendo a ampliação dos índices de poluição atmosférica, hídrica, sanitária e o aumento de resíduos sólidos na superfície do espaço habitado e habitável.

Em termos ambientais, os territórios da capitalização monopolista funcionam da seguinte maneira: a dependência do Estado Nacional ao capital financeiro internacional conduz o governo a liberar os territórios regionais para as grandes empresas através das concessões. No interior deles, são escolhidos os “espaços luminosos”, no dizer de Milton Santos, que são áreas onde serão instalados os estabelecimentos agro-industriais pelas empresas multinacionais que vão operacionalizar as atividades agrícolas e os criatórios intensivos, destinados ao abastecimento do mercado internacional, em grãos, carnes e derivados.

Em muitos desses ambientes regionais, a mecanização intensiva e o emprego abusivo de agrotóxicos nas áreas desmatadas levaram à degradação dos territórios ao limite irreversível de recuperação, a ponto de desencadear intenso processo de desertificação em muitas regiões do país. Conjuntamente com as atividades minerais, o incremento de carvoarias, a garimpagem clandestina e outras ações predatórias praticadas por agentes do modelo, ocorre a (des)territorialização traduzida na fragmentação e destruição dos ambientes naturais do cerrado, causando fortes impactos ao meio ambiente.

IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ATUALIDADE

Para entendermos a importância vital do desenvolvimento sustentável na atualidade para a sociedade do presente, além do necessário entendimento da relação de reciprocidade interdependente entre Natureza <-> Sociedade, aliada a profunda compreensão de que somos ‘uma só natureza’, sendo a natureza física não vista como simples complemento de

nossa natureza humana, e sim como essência de nossa própria natureza humana, é necessário entendermos a ideologia do sistema capitalista que dá sustentação ao macro projeto de globalização da economia mundial. Essa ideologia se traduz na negação de uma opção de mudança política, econômica, jurídica e social, fundamentada em princípios teóricos, éticos e humanistas (princípios do socialismo e do comunismo universal), como utopia de existência superior a ser conquistada que, por natureza, é contrária à ética capitalista de expropriação e apropriação dos espaços geográficos do planeta Terra.

No capitalismo, trata-se de uma ideologia que busca legitimar perante a sociedade – por todos meios e fins possíveis – o sistema como modelo ideal político/ideológico, econômico/social para a humanidade terrestre. Modelo este que prega o raiar de uma nova era como se estivéssemos vivendo um mundo sem história, um mundo sem construção, sem passado civilizatório. Trata-se, também, de um modelo ideológico que prega uma falsa igualdade e neutralidade entre países dominantes e dominados, como se a ética dos países e grupos dominantes que detém a posse do capital financeiro-econômico e acionário internacional, nivelassem as nações em termos de igualdade e autodeterminação. Como se houvesse a mesma opção política e econômica para povos e nações que buscam sair do subdesenvolvimento imposto durante séculos pelo colonialismo, e que, nos dias atuais, continua a existir em forma de neocolonialismo, praticado por grupos, empresas, monopólios e oligopólios internacionais sob a égide dos hegemônicos. Utilizando a mídia em todas as suas redes e canais de divulgação, seus agentes repassam, de maneira enganadora, aos povos e nações não desenvolvidas, que eles (elas) inseridos na globalização poderão romper as barreiras do subdesenvolvimento.

NATUREZA – BIODIVERSIDADE – IMPACTOS AMBIENTAIS

A manutenção da biodiversidade, em gens, em espécies, nichos e ecossistemas em todas as suas manifestações, é condição *sine qua non* para que a sociedade humana possa se reproduzir, continuamente, na cadeia evolutiva como uma nova sociedade dotada de ética e moral superior, na proporção em que os seus membros passam a entender o verdadeiro significado da vida em sua dimensão de identidade étnica e cultural. Como *Homo sapiens*, pertencemos a uma mesma comunidade terrestre, sob um mesmo destino comum; possuímos uma mesma unidade genética, psicológica e afetiva, muito embora a realidade que se revela diante dos nossos olhos seja

a Natureza e a Sociedade sendo agredidas por múltiplas modalidades de ações antrópicas, portanto, causadas pelo próprio homem. A título de registro, pontuamos alguns exemplos:

- há progressiva redução da biodiversidade das espécies, em vista da destruição acelerada dos seus habitats de vivência, ocorrendo degradação e destruição da flora e fauna terrestre e marinha, assim como dos microorganismos do solo;
- há diferentes forças erosivas naturais atuando: pluvial, pluvial-laminar, fluvial, eólica, voçorocas etc., sobressaindo com destaque a erosão antrópica causada pelo homem, ocorrendo patente redução das condições ambientais favoráveis à vida;
- ocorre também acelerada contaminação dos solos, da água, do ar, da fauna e flora, pelos agrotóxicos rotulados como defensivos agrícolas, e por fertilizantes usados pelo homem nas lavouras e pastagens;
- ocorre também acelerada poluição atmosférica e hídrica por emissões de poluentes industriais sólidos, líquidos e gasosos;
- ocorrem também queimadas anuais, geralmente provocadas pelo próprio homem, causando a destruição da vegetação e da vida microbiana dos solos, a morte de animais;
- ocorrem contínuos desmatamentos responsáveis pela destruição de *habitats* de espécies vivas (os nichos, nos ecossistemas), provocando também o aumento crescente de assoreamentos da rede de drenagem dos territórios; a redução dos lençóis freáticos; a perda de solos agricultáveis provocada pela mecanização em intensivas monoculturas; a contaminação de solos e subsolos pelos agrotóxicos, assim como o transporte de partículas venenosas carregadas pelos ventos e pelas chuvas, ocorrendo, conseqüentemente, a destruição das espécies animais e vegetais;
- contaminação das águas por poluentes químicos industriais; por poluentes hídricos não biodegradáveis; por redes de esgotos comprometidas;
- geração de efluentes líquidos;
- produção crescente de resíduos sólidos etc.

NATUREZA E SUSTENTABILIDADE

A busca da sustentabilidade da Natureza, vista no sentido de sua utilização racional pelo homem moderno, exige a plena correspondência dos princípios ecológico-ambientais, entre eles, o ecodesenvolvimento, o da regeneração, o da compatibilidade atmosférica com o desenvolvimento econômico, com as técnicas e práticas implementadas por produtores vincula-

dos às empresas, principalmente as que detêm a posse do capital financeiro internacional. Caso não haja interdependência entre o Homem e a Natureza, deixa de existir a possibilidade concreta de se buscar o desenvolvimento sustentável. Este, deve ser entendido como:

- unidade interdependente Homem<—>Natureza, coexistindo numa interação mútua em termos de trocas de valores entre as duas naturezas. Através de nossas ações pragmáticas no meio ambiente, a Mãe-Natureza repassa a nós os seus valores e predicados naturais, traduzidos no ar que respiramos, na água que consumimos, na vegetação e temperatura ambiente que mantém a vida dos seres vivos; nos recursos naturais que transformamos em matérias-primas, estas, em produtos-mercadorias para o nosso consumo e bem-estar social; nos recantos aprazíveis para o nosso lazer, descanso e meditação etc. Em contrapartida, respaldado pela ética que possuímos, pelo trabalho concreto, repassamos a Ela o estágio de desenvolvimento técnico-científico que alcançamos em determinado momento histórico. Se cultivarmos a ética do respeito, do entendimento de que somos uma única natureza, Ela agradece e será mantida viva, portanto, preservada e utilizada com sabedoria, e a interação mútua interdependente da sustentabilidade passa a ser compreendida na origem e no destino comum. Caso contrário, o homem esposando a ética do pragmatismo irresponsável, da irracionalidade, a Natureza passa a ser destruída e transformada em simples objeto de uso e desuso descartável;
- projeto de construção de uma sociedade futura alicerçada na consciência ética e crítica de seus cidadãos;
- reconhecimento do valor da biodiversidade em gens, espécies e ecossistemas;
- reconhecimento da heterogeneidade étnica e cultural do nosso povo;
- reconhecimento do pluralismo político-partidário e da sociedade civil organizada;
- reconquista da nacionalidade, através de um projeto nacional que resgate a plenitude da nação brasileira, constituída pelo povo, território e governo.

A identidade étnica e cultural do povo brasileiro necessita ser preservada em todos os seus valores históricos (etnias, tradições e vocações culturais). Assim também a unidade territorial, no sentido de integração física e política do território brasileiro, e dos territórios regionalizados como estruturas naturais/culturais que compõem o espaço geográfico. Finalmente, o resgate de nossa soberania passa pela manutenção do Estado Nacional, em termos de autodeterminação política; passa pelo avanço de nossa cidadania em termos de direitos e deveres constitucionais.

Interdependência <-> Consciência Ecológica

Diante desse quadro desolador, que coloca em risco o equilíbrio e continuidade dos ciclos vitais do meio ambiente do planeta Terra, em grande parte devido ao rompimento das cadeias tróficas (alimentares), através de práticas iluministas e pragmatistas direcionadas para a ganância de acumulação e concentração da riqueza em poder de uma minoria, há que se buscar imprimir todas as formas de lutas ecológicas e ambientais – política, filosófica/ ideológica, educacional, econômica, técnico-científica, jurídica, ética, estética etc. – para que no amanhã possamos criar, regionalizar, nacionalizar e universalizar uma consciência ecológica coletiva, capaz de impedir e reverter o atual quadro apocalíptico gerado pelo *homo demens*. Há necessidade de se impor um novo modelo de desenvolvimento político/econômico sustentável; uma nova postura ética e moral que respeite todas as formas de manifestação da vida. Há que se incorporar em nossa essência de ser consciente o atributo da Mãe-Natureza como atributo de nossa própria essência, de nossa própria razão de existir como uma só natureza, regida pela interdependência dos fenômenos naturais e culturais.

No centro desse processo de agressões, premeditadas ou não, está o homem que, infelizmente, ainda não reconhece em si a dimensão do natural como constituinte estrutural de sua própria essência de ser biológico. Somos e devemos existir como uma só natureza (GOMES, 1999), em que a interação mútua entre Natureza e Sociedade deve se constituir na própria essência do nosso ser. Infelizmente, persiste ainda, de forma dominante, a dicotomia entre o natural e o social como força impeditiva à unidade sistêmica da totalidade, a ser concretizada como realidade objetiva necessária no nosso existir terreno. Cabe-nos via conhecimento científico, pelo emprego da lógica e metodologia dialética; pelo senso comum e popular de ver e sentir as coisas que nos cercam, e através de nossa práxis no seio da nossa comunidade, buscar o melhor entendimento possível dessa interação mútua Natureza<—>Sociedade, procurando resgatar, de forma interativa, o significado/significante dos valores existenciais (materiais e culturais, espirituais) existentes no micro, meso e macro universo desse mundo unificado pela autonomia de suas leis naturais, históricas e sociais e pela dependência em razão de suas limitações. De posse desse conhecimento de totalidade, e dotado de ética e moral superior, comportamental e civilizatória, direcionadas em prol do bem comum; do indivíduo em sua singularidade e particularidade, e do cidadão inserido em sua comunidade local-regional e nacional-universal, é que podemos somar forças impeditivas para erradicar o caos estabelecido no transcurso dos anos.

Quando trabalhamos a conexão sistêmica interdependente Homem <—>Natureza, Natureza<—>Homem, buscamos soluções concretas através do conhecimento das *causas* responsáveis pelos *efeitos* negativos oriundos dos impactos ambientais, sociais e culturais causados pelos homens, responsáveis maiores pela destruição do ciclo da vida. Todavia, não podemos ficar retidos, simplesmente, na relação causalidade-consequência que, por si só, é insuficiente para revelar a realidade sistêmica que buscamos conhecer. É necessário buscar a totalidade como meta a ser alcançada, e, para tanto, é preciso procurar conhecer o conjunto de mediações que interligam os fenômenos (naturais/culturais) no próprio movimento da matéria, portanto, em seus próprios movimentos. E, partindo do pressuposto de que o equacionamento dos problemas ecológico/ambientais só é possível se o ser humano, organizado e investido de uma nova ética de responsabilidade e compromisso sociocultural e socioambiental, além de adotar com vontade e determinação uma postura autocrítica em relação a si próprio, à natureza e à sociedade, assumir, acima de tudo, uma postura crítica teórica conjugada com ações práticas contra os inimigos responsáveis pela degradação e destruição do meio ambiente.

A QUESTÃO AMBIENTAL SOB A ÓTICA DA FÉ

No que diz respeito à questão ambiental vista sob a ótica da fé, requer de nossa parte dois entendimentos necessários: o primeiro, é o tratamento do meio ambiente sob a ética milenar, cristã e platônica, esposada por aqueles que trabalham à base de um suporte teológico calcado na existência de um Criador único de todas as coisas do universo, e respaldado por religiões que atribuem desígnios divinos ao mundo natural e cultural. Nessa linha de raciocínio, a ação traduzida em diferentes formas de lutas em defesa do meio ambiente fica comprometida por identificar, basicamente em indivíduos e pessoas, às vezes grupos, que violam os desígnios divinos estabelecidos, como os principais agentes responsáveis pelos impactos ambientais produzidos. Categorias como Estado, Nação, FMI, capital financeiro, globalização, mundialização da economia, neoliberalismo, trabalho e capital etc., não são arroladas no inquérito diagnosticador, e ficam ocultas ou reduzidas quase ao obscurantismo. O agente maior da destruição recai no próprio homem não crente, ateu, materialista vulgar; simplório e analfabeto, desprovido de técnica, ciência e consciência ecológica. O segundo entendimento fundamenta-se numa nova postura ética em que o homem rompe com suas preocupações *deístas e eternistas*, e assume, cada vez mais, as preocupações terrestres, ao introduzir a categoria historicidade como atributo de valor analítico. Assim, o ser humano

passa a ser visto numa relação de correspondência com os outros homens, em que o ‘eu individual’ deixa de ser a principal categoria de valor existencial e cede lugar ao ‘nós existencial’, com abordagem do meio ambiente integrada pela razão e espiritualidade, e como encaminhamento prático de formas de lutas em prol do meio ambiente e do bem comum.

A partir das Conferências de Medellín e Puebla, a teologia renova-se, ao defender a existência de uma ética cristã *contestadora e libertadora*, baseada no compromisso de que o homem, ao agredir a Natureza, agride a si mesmo, e quando a destrói, destrói a si próprio, pelo fato da Natureza não ser externa a ele, muito pelo contrário, Ela faz parte da essência do homem por ser inerente à natureza humana. Neste particular, a fé espiritual e a razão científica identificam-se na gênese da mesma natureza.

Infelizmente, ainda existem milhares de pessoas trabalhando com o velho paradigma do materialismo vulgar e da teologia clássica. Por um lado, considerando o universo apenas regido pelos fenômenos físico-químicos inerentes à matéria; por outro, pela interiorização e espiritualidade do ser humano, reforçando a bipolaridade dualista e dicotômica, gerando abordagens paralelas das duas dimensões do universo, e deixando de existir a unidade sistêmica interdependente na parte e no todo, tornando-se assim difícil depositar esperanças no amanhã.

A NOVA VISÃO HOLISTA

Se adotarmos o novo paradigma da física quântica contrapondo-se ao conceito de espaço-tempo de Einstein, a partir da descoberta da radiação de isotropos como resíduos fósseis de um explosão térmica inicial, como ponto de partida para a formação e evolução do universo, deixa de existir a separação entre ciências da natureza e ciências do espírito. Também, pelo fato da separação revelar-se inconsistente diante da unificação das perspectivas em prol de um mundo melhor, em que cada processo é indivisível e representa um todo sistêmico, a possibilidade de manutenção da vida em sua biodiversidade, havendo a interação mútua da biocenose com o seu substratum físico (biócoro), revela-se concreta e real. Para tanto, não é suficiente ficar preso, meramente, à composição dos elementos físico-químicos que entram na estruturação dos fenômenos, mas, importa vê-los como se organizam, se relacionam e se auto-manifestam. Nessa interpretação à luz da física quântica, a categoria da auto-organização – enquanto jogo de relações e de interações que se auto-organizam – permite que a economia de energia (sintropia) tenha *superavit* sobre a perda de energia (entropia), adquirindo valor, quantitativo e qualitativo, para a continuidade da vida.

Nesta nova visão holista, a do planeta Terra estar inserido na cadeia sistêmica dos corpos planetários e cósmicos, os valores humanos espirituais como a intuição, a emoção, a efetividade e sensibilidade, a receptividade, e muitos outros, em muito enriquecem a nossa compreensão de que somos – natureza e sociedade – uma única natureza, possibilitando assim que o homem tenha uma consciência mais aberta e receptiva a respeito da unidade terrestre. Ao mesmo tempo, possibilita que nele cresça a ética do respeito e da responsabilidade social perante o meio natural/cultural, no que diz respeito a plenitude da vida em suas manifestações orgânicas e inorgânicas. De posse desse conhecimento holístico do universo, cresce em nós uma superior consciência crítica que se manifesta contra a destruição do meio ambiente em que vivemos, que vai desde a escala local/regional à nacional/internacional e cósmica. Vai contra tudo aquilo que degrada ou destrói a cadeia evolutiva dos seres vivos no ciclo da vida terrena, ocorrendo um maior engajamento das comunidades em termos de mobilização das diferentes formas e frentes de lutas ecológicas/ambientais para preservar o ‘leito da vida’. Pela mesma razão, cresce a frente de luta contra o individualismo subjetivista-objetivista, o racionalismo iluminista-utilitarista, o pragmatismo imediatista, o agnosticismo negativista, e outros comportamentos que se antepõem à verdade. No mesmo sentido, caminha contra o antropocentrismo que coloca o homem, indivíduo ou grupo empresarial, como senhor-dono da Natureza; contra o autoritarismo imposto por detentores do poder político/ideológico do Estado Nacional, compromissados com o capital financeiro internacional; contra a tutela dos países hegemônicos que nos submetem à dependência de capitais, ciência e tecnologia; contra o neoliberalismo globalizado e mundializado pela economia de mercado etc.

Entretanto, se a nova visão holista deve ser assumida por todos, há milhares que se dizem espiritualistas que se escudam no interior de organizações religiosas e pseudo-religiosas, permanecendo acobertados pela exterioridade de seus símbolos e ícones. No fundamental, exercem uma falsa religiosidade egocêntrica (de fachada), sendo os grandes responsáveis pela alienação de multidões, pelo fato de inculcar nos seus fiéis uma falsa visão de mundo, de conduta e de existência terrena no plano material e no espiritual. Na prática, deixa de existir a verdadeira fé, a verdadeira religiosidade para os que crêem, assim como a conduta cristã direcionada para a vida coletiva terrena.

Finalmente, o meio ambiente, se visto sob o prisma da criação divina como paradisíaco, harmonioso e dadivoso, cai numa interpretação bucólica e platônica da Natureza, que passa a ser entendida como simples ‘complemento’ da natureza humana, quando, na realidade, a Natureza jamais pode

ser tratada como um apêndice da natureza humana, muito pelo contrário, ela é *essência* da própria natureza humana.

CONCLUSÃO

O que somos? A conquista do Estado/Nação, democrático e soberano que almejamos para o povo brasileiro, exige de nossa parte, como homo sapiens sapiens que somos, e como indivíduo e cidadão pátrio, o nosso efetivo engajamento político, social e cultural, em termos de luta contra o *homo demens demens*, demoníaco e destruidor do planeta Terra e de nossa soberania, configurando-o como homicida, etnocida, ecocida, biocida e geocida, parafraseando Leonardo Boff.

Referências

- BOFF, L. *A águia e a galinha*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LIEBMANN, H. *Terra: um Planeta Inabitável?*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- GOMES, H. *Religião e Ciência*. In: GOMES, H. *Caminhos para (re)construção do homem*. Goiânia: Kelps, 1997.
- GOMES, H. Em busca da interdependência sociedade/natureza: caminhos da Dialética. *Revista Estudos*, Goiânia, v. 26, jul/set. 1999.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Abstract: first, it's about the human affirmation as to be natural/cultural in some geographical areas, in elapsing of historical periods. The impacts caused to the environment in function of the permissible "antrópicas" actions for the sustainable development in the actual times, based in the interdependence Man > Nature; the ambiental questions under the optics of the racionality and the faith these are question related to this work.

Key words: history and environment, sustaintability, interdependence

HORIESTE GOMES

Professor/pesquisador do Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás. Professor emérito pela Universidade Federal de Goiás.